



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 913/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1548/2014 (07 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMADRS.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Luiz Irapuan Pinheiro, período de gestão de 01/01 a 31/07/2013, e o Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, 01/08 a 31/12/2013.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº. 13/2015 (fls. 1351/1367v)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1834/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 1372/1373v).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMADRS. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Recomendações à atual Administração da SEMAD. Ciência à Câmara Municipal de Manaus. Determinação à DICAD-MA.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- julgar regular, com ressalvas, as contas dos Recursos supervisionados pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMADRS, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade dos Senhores **Luiz Irapuan Pinheiro**, período de gestão de 01/01 a 31/07/2013, e **Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto**, 01/08 a 31/12/2013, com fulcro no art.22, II c/c art.24 da Lei Estadual nº2423/96, e art.188, §1º, II, da Resolução nº04/2002-TCE, bem como:

9.2- Recomendar à atual Administração da SEMAD e dos Recursos Supervisionados pela SEMAD - SEMADRS, sob pena de as contas dos próximos exercícios serem julgadas irregulares, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 2.423/96, para que tome providências:

9.2.1- Visando melhorias no planejamento e na execução das despesas, a fim de reduzir o direcionamento dos recursos do exercício para os pagamentos da conta Despesas de Exercícios Anteriores;

9.2.2- Visando a eficiência da forma de centralização dos recursos, com vistas à redução das dívidas, multas e juros nas demais Secretarias;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 913/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.3- Com vistas à implantação de ponto eletrônico biométrico, mais preciso e eficaz no registro de horários de entrada e saída dos servidores públicos;

9.2.4- Visando a formalização e a publicação de todos os atos administrativos antes das suas efetivas execuções;

9.2.5- Visando o cumprimento dos ditames da Lei nº 4.320/64, em especial sobre a liquidação dos processos de pagamento;

9.2.6- A fim de obter junto à empresa estabelecida no contrato de telefonia – Telemar Norte Leste (CNPJ 33000118000764) – o reconhecimento do pagamento das despesas para a empresa Telemar RJ (CNPJ 33000118000179);

9.2.7- Com vistas ao pagamento das contas públicas dentro dos prazos faturados;

9.2.8- Visando a descentralização administrativa, a fim de que a continuidade das execuções, fiscalizações e pagamentos dos serviços e contas públicas seja de responsabilidade direta dos Ordenadores das respectivas Unidades Gestoras;

9.3- Oficiar a Câmara Municipal de Manaus para tomar conhecimento da Decisão, nos termos do inciso XIV do art. 1º da Lei Estadual nº2423/96 c/c o art.5º, XIV, da Resolução nº04/2002-TCE;

9.4- Determinar à DICAD-MA que tome ciência da Decisão e inclua as pendências verificadas nesta instrução processual na próxima fiscalização na SEMDRS, de modo a constatar a regularização ou não, considerando o fato na análise das futuras Prestações de Contas.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral